

# Crise da democracia no Brasil

» LUCIO RENNÓ

Professor de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB)

Os eventos desvendados na semana passada pelas investigações da Polícia Federal apontam para fatos extremamente graves que ocorreram no Brasil nos dois últimos anos, ao menos, da gestão do presidente Jair Bolsonaro. Há fortes indícios de que se tramou, de forma organizada e em momentos sequenciais orquestrados, a derrubada do regime democrático no Brasil. Desde 1964, o país não enfrentava a ameaça de um novo golpe vitimando a democracia. Após o processo de redemocratização, as elites e a população, embora de forma reticente e inconstante, como mostram dados de opinião pública, abraçaram o regime democrático.

Isso mudou dramaticamente de 2013 em diante, chegando ao seu ápice no governo Bolsonaro. É fato que o país viveu intenso processo de desgaste do regime, com um recrudescimento de enclaves autoritários na sociedade e nas elites políticas. A retórica autoritária voltou a ser bradada. Os violentos protestos de rua em 2013, os primeiros em sua magnitude após décadas, desencadearam um processo acentuado de queda do apoio popular aos políticos no poder e de insatisfação com o funcionamento das instituições democráticas. O humor da população azedou.

Foram vários os episódios subsequentes que pioraram a situação, incluindo crises políticas e econômicas simultâneas e continuadas, imensa instabilidade política que culminou no governo interrompido de Dilma Rousseff e fracassado de Michel Temer, o qual passou mais tempo se defendendo de tentativas de remoção do cargo do que aprovando propostas legislativas.

A turbulência política resultou na eleição de um governo de inclinação populista, antissistêmico, que, claramente, se distanciava dos partidos políticos que governaram o Brasil, e que oferecia um forasteiro (outsider) como alternativa de mudança profunda. No poder, Bolsonaro seguiu sua estratégia de ecoar as críticas às instituições democráticas, respaldado por dados de opinião pública que apontam enorme insatisfação popular com o Congresso, com partidos políticos e, crescentemente, com o Judiciário. O primeiro alvo foi o Congresso e o dito toma lá dá cá, do presidencialismo de coalizão.

Quando o risco de um impeachment se impôs, mudou de estratégia e abraçou o Centrão. Voltou, então, seus canhões para o vizinho na Praça dos Três Poderes, o Supremo Tribunal Federal. Sempre apoiado por um séquito político cada vez maior, que Bolsonaro ajudaria a eleger em 2022. Seu partido, o Liberal, tem hoje a maior bancada na Câmara e a segunda no Senado. Vários governadores militam em seu campo. Trata-se de um movimento nacional.

Os enclaves autoritários ganharam as ruas e voz. A participação do ex-presidente em protestos contra as políticas de enfrentamento da pandemia de covid-19, quando apoiadores pediam golpe militar com Bolsonaro no poder, é um exemplo. Outro é a invasão de Brasília por caminhoneiros defendendo golpe no 7 de setembro de 2021, minuciosamente organizada.

O risco iminente de perder a eleição aumentou a tentação do golpe, como mostram as falas de diversos atores do governo passado. As eleições de 2022 foram marcadas pelo esforço de deslegitimação do processo de apuração e contagem de votos no Brasil, promovido por Bolsonaro. Algo que custou sua elegibilidade em 2026.

Após uma derrota apertada nas eleições, a menor margem de diferença para o vencedor em nossa história recente, as ameaças à democracia se intensificaram. Pessoas fecharam estradas, acamparam em frente a quartéis militares, depredaram o Plano Piloto duas vezes, falharam em atentado terrorista no

aeroporto da capital. Estopins para o caos, justificando a necessidade de intervenção militar. Bolsonaro não entregou a faixa presidencial a Lula.

Claramente, a sucessão de eventos não foi devaneio de alguns. As instituições democráticas no Brasil sofreram forte atentado porque uma parte relevante da população não crê nelas há muito tempo. As crises políticas e econômicas de 2013 em diante, acentuaram esse quadro. Ambientes assim são propícios para o recrudescimento de enclaves autoritários. Pior, a polarização atual leva apoiadores

de Bolsonaro a defenderem o ex-presidente incondicionalmente. Para esses, ele é vítima de perseguição. Bolsonaro alega o uso político da ação policial para prejudicá-los nas eleições municipais.

A narrativa está posta e não é favorável às instituições democráticas, que para essa parcela grande da população não funcionam bem, muito pelo contrário. Os elementos para a continuidade da crise da democracia no Brasil seguem presentes e seguimos sendo terreno fértil para aventuras golpistas. A ilusão de que as instituições funcionam é ledor engano e, mais, perigosa.



kleber sales/CB/D.A.Press

## A escalada do racismo antissemita no Brasil

» PAULO FELDMANN

Professor de economia da Universidade de São Paulo (USP)

Imagine a seguinte cena: um político brasileiro participa de uma live levada ao ar pelo YouTube e declara que os brasileiros não devem comprar produtos de lojas de pretos, ou então de LGBTQIAPN+, ou de feministas. Se isso tivesse realmente acontecido, esse político seria severamente reprimido por toda esquerda e por todos movimentos de defesa dos direitos humanos. Por sinal com toda razão, e a pena teria que ser das mais altas, o que certamente aconteceria, felizmente.

Pois bem aconteceu exatamente isso, só que o político José Genoíno referiu-se não aos grupos acima mencionados, mas sim aos judeus. Genoíno não foi sequer advertido e muito menos punido e sua recomendação já começou a ser seguida por algumas pessoas, tanto que já tivemos, uma semana após sua fala, pelo menos um caso claro de ataque a uma loja de uma judia na Bahia.

O fato é que ninguém pediu explicações a Genoíno, e poucos dias depois, ao contrário, três ministros que estavam num mesmo ato que ele — Paulo Teixeira, Silvio Almeida e Luiz Marinho — lhe declararam total apoio e solidariedade. A proposta de Genoíno foi exatamente o que Adolf Hitler implementou na maioria dos países europeus há cerca de 90 anos. Foi o preambulo do holocausto. Por sinal, meus avós de ambos os lados fugiram da Europa naqueles momentos e tiveram a sorte de vir para o Brasil. Meus pais aqui se conheceram e casaram. Ou seja, sou fruto do medo ao antissemitismo idêntico ao usado por alguém que já foi presidente do PT.

Aliás, a atual presidente do PT, Gleisi Hoffmann, defendeu um jornalista que estava sendo processado por uma entidade judaica, a Confederação Israelita Paulista (Conib). A acusação, mais que comprovada, contra o jornalista é de pregar o fim do Estado de Israel e principalmente por ter comparado judeus com ratos. Para Gleisi isso não foi grave. E infelizmente não ficou apenas nisso: Gleisi ofendeu os 150 mil judeus brasileiros ao dizer que temos dupla lealdade — à Israel e ao Brasil — ao afirmar que a Conib estava trabalhando para Israel.

O antissemitismo cresceu no Brasil mais de 1.000% em apenas três meses. Muito a ver com a reação israelense para se defender do Hamas, grupo terrorista. A guerra Hamas X Israel infelizmente matou milhares de palestinos. Não defendendo o governo israelense e acho que o reconhecimento do Estado Palestino por parte de Israel está atrasado há mais de 70 anos, mas acusar Israel de ser um país que comete genocídio demonstra, no mínimo, total desinformação histórica por parte dos acusadores. Tanto assim que quando o assunto foi levado para a Corte de Haia pela África do Sul, com apoio do Brasil, a acusação perdeu a relevância. Israel foi criticado por outros aspectos, mas não por praticar genocídio.

No Brasil virou moda entre a esquerda, as pessoas dizerem que não são antissemitas, mas, sim, que apenas são antissionistas. Para os judeus brasileiros é triste ouvir isso de líderes importantes e até de juristas respeitados. Ou seja, na visão dessas pessoas, os judeus são o único povo do mundo que não tem direito a sua autodeterminação e Israel nem deveria existir. Provavelmente essas pessoas estão à espera de um novo holocausto. Sabemos que Hitler não teria levado à frente sua empreitada de aniquilar quase 6 milhões de judeus se naquela época já existisse o Estado de Israel.

A verdade é que essa guerra é uma tragédia humanitária tanto para israelenses como para palestinos. Os dois povos precisam entender que não há saída que não envolva ambos trabalhando juntos para garantir uma solução de dois Estados. Imaginem o Oriente Médio pacificado e trabalhando de forma integrada para promover o bem-estar dos povos que lá habitam. É a única forma de se chegar a uma paz duradoura.

Se o Brasil tivesse seguido a tradicional orientação do Itamaraty de neutralidade, provavelmente estaríamos mais do que qualificados para atuar como mediadores neste momento difícil da guerra. Mas ao preferir atacar Israel, e não mencionar que o Hamas é um grupo terrorista, nosso país se descredenciou e perdeu a oportunidade de passar para a história como um país que trabalha para buscar a paz.

## O alvo do governamentamento

» MARCOS FABRÍCIO LOPES DA SILVA

Doutor e mestre em estudos literários pela Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais e jornalista, formado pelo Centro Universitário de Brasília (UniCeub)

Na transição do feudalismo para a sociedade mercantil, houve também uma transição nas formas de governo. O senhor feudal assumia um papel de soberano, que deixou de existir quando da formação dos Estados e da emergência das formas de razão de Estado. O soberano era dono do território, dispoendo sobre a vida e sobre a morte das pessoas, podendo fazer morrer dependendo de sua vontade. O governante do Estado, longe de ser um soberano, tinha que fazer viver, pois era preciso cuidar da população. Aí surge a estatística, a análise dos casos, o cálculo dos riscos. É preciso fazer viver e garantir a boa circulação das pessoas e das coisas na organização estatal: eis a tarefa do governante.

Essa perspectiva, ressalta Foucault (1926-1984), faz com que o governamentamento assumia uma condição biopolítica. A biopolítica corresponde a um conjunto de práticas estendidas ao governo dos vivos (*Nascimento da Biopolítica*, 1979). Trata-se da direção dos vivos, de governá-los a partir de estratégias e políticas voltadas à condução de suas condutas, ao mesmo tempo em que se torna imperativo instituir práticas de cuidado de cada um para com os outros e para consigo. A temática do cuidado de si, estendida ao conhecimento de si, é muito cara à filosofia que Foucault pretendeu fazer. Em *A Hermenêutica do Sujeito* (1982), o filósofo francês coloca que ocupar-se consigo mesmo constitui-se uma forma de vida.

A partir dessa afirmação, surge ainda outra potência para o conceito de vida, o da ocupação de si

mesmo que deve ser entendida como uma espécie de estética da existência, uma arte de viver. A inserção desse tópico na discussão da governamentalidade é que, ao eleger uma estética para sua existência, o sujeito escolhe modos para o seu governamentamento e também para o governo do outro, na medida em que a forma como exerce seu (auto)governo influencia na maneira como se relaciona com outras subjetividades. Assim, o cuidado de si passa a configurar-se como uma das formas de exercício para a construção de uma subjetividade específica.

O alvo do governamentamento foi assim ressaltado pelo presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, em seu discurso de posse no Congresso Nacional: "A esperança finalmente venceu o medo, e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos. Diante do esgotamento de um modelo que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades. Diante das ameaças à soberania nacional, da precariedade avassaladora da segurança pública, do desrespeito aos mais velhos e do desalento dos mais jovens; diante do impasse econômico, social e moral do País, a sociedade brasileira escolheu mudar e começou, ela mesma, a promover a mudança necessária" (Brasília, 1º de janeiro de 2003).

A sociedade do futuro vai ser a do saber e do

conhecimento. Por isso, é preciso fortalecer a democracia horizontalizada, coletivizada e participativa, que considere a relação e o governo que o indivíduo estabelece consigo mesmo e com os outros. Não à toa, faz todo sentido saber a diferença entre governo e Estado. O Estado é toda a sociedade política, incluindo o governo. O governo é principalmente identificado pelo grupo político que está no comando de um Estado. O Estado possui as funções executiva, legislativa e judiciária.

O governo, dentro da função executiva, se ocupa em gerir os interesses sociais e econômicos da sociedade, e de acordo com sua orientação ideológica, estabelece níveis maiores ou menores de intervenção. Assim, governo também não se confunde com o Poder Executivo, composto pelo governo, responsável pela direção política do Estado, e pela administração, ao conjunto técnico e burocrático que auxilia o governo e faz funcionar a máquina pública.

Há, no país, uma eterna discussão sobre o tamanho ideal do Estado brasileiro. Os brasileiros já definiram, na Constituição de 1988, que "a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo" (art. 173). Entre períodos de maior intervenção estatal e períodos de redução da sua atuação, e entre teóricos e correntes em defesa de cada uma dessas vertentes, verifica-se que nenhuma delas conseguiu ser totalmente efetiva na realização do bem comum.